

Fundação da USP paga empresas de docentes

Elas receberam R\$ 2,3 mi em contratos de 20 dos 56 projetos analisados pelo 'Estado'

Paulo Saldanha

A Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp), principal entidade privada ligada à USP, tem usado projetos firmados com órgãos públicos para contratar empresas de professores e pesquisadores. O Estado analisou 56 projetos. Em 20 desses havia 44 contratos feitos com 12 empresas de professores e pesquisadores. Elas receberam R\$ 2,3 milhões do total de R\$ 29 milhões destinados aos 20 projetos. Uma dessas empresas é ligada ao próprio diretor da Fusp.

O Código de Ética da USP condena o conflito entre os interesses pessoais dos servidores e os da universidade. Embora não tenham, por definição, fins lucrativos, as fundações usam a marca USP, a estrutura física e também os docentes para fins privados. O tema é polêmico dentro da universidade, sobretudo por causa da falta de transparência dos recursos recebidos nos convênios.

A legislação permite que órgãos públicos contratem fundações sem que haja licitação. A

Prefeitura de São José dos Campos firmou em abril contrato de R\$ 12 milhões com a Fusp para que ela desenvolvesse o projeto de um sistema de corredores de ônibus, o chamado BRT (Bus Rapid Transit). Apesar de a fundação ter sido escolhida pela sua "expertise", a Fusp contratou em junho uma empresa para elaboração de estudos e projetos de instalações elétricas e hidráulicas das paradas.

Foi realizada uma competição por menor preço e a Electromagnetics, no nome da filha e da mulher do diretor da Fusp, José Roberto Cardoso, foi a escolhida. O acerto é de R\$ 546

Parcerias

197

é o número de convênios das mais de 30 fundações ligadas à Universidade de São Paulo com a própria instituição.

26

convênios como esses são entre a USP e a Fusp, segundo informações da reitoria.

mil (mais informações nesta página). O contrato garantido por Cardoso representa cerca de 5% do total do projeto, praticamente o que cabe à Reitoria da USP em convênios tocados por fundações. A Prefeitura de São José informou que desconhece "qualquer informação sobre terceirizações do contrato" e teve o comprometimento de que a Fusp vedaria a prática. O município já pagou R\$ 6 milhões para a fundação.

Além do projeto do BRT, a reportagem analisou contratos de projetos pagos entre 2009 e 2011. As listas eram as únicas divulgadas pela fundação.

Nesses contratos, a maioria firmados com a Petrobrás sem licitação, seis professores aparecem como sócios das empresas contratadas. Duas secretárias da Fusp, Marta Veris e Rita Carvalho, são sócias de uma empresa, a Âmbar, que consta na lista de contratações. Com sede no apartamento de uma delas, a Âmbar recebeu dois contratos de mais de R\$93 mil.

Polí. Grande parte dos projetos é ligada ao laboratório Tanque de Provas Numérico (TPN), da Escola Politécnica. O coordenador do TPN é o professor titular Kazuo Nishimoto, que aparece como gestor de 65 projetos da Fusp com a Petrobrás – alguns já finalizados (mais informações na pág. A25).

Apesar de ter remuneração prevista como coordenador, Nishimoto tem uma empresa entre as escolhidas para serviços. A Graphos Designer está no nome da mulher de Nishimoto e do professor da Poli Claudio Mueller Prado Sampaio, pesquisador do TPN.

Em 2010, por exemplo, a Graphos recebeu R\$ 39 mil para realizar "serviço de suporte de processamento de informações tecnológicas, coordenação de subequipes e implementação de procedimentos numéricos de avaliação do navio tanque" dentro do projeto 1419 da Petrobrás com a Fusp. Sam-



Fundação. Sem fins lucrativos, por definição, Fusp usa estrutura e marca da universidade

paio aparece como coordenador do projeto.

O professor da Poli Eduardo Aoun Tannuri coordenou o projeto 1806 e, em 2009, pagou dois serviços no valor de R\$ 66 mil a uma empresa da qual era sócio-administrador, a Technomar. Ele se retirou da empresa em 2010, mas aparece como sócio de outra empresa, a DT Comp, que recebeu R\$ 90 mil em 2011 por dois serviços.

Os professores Cardoso, Nishimoto, Tannuri e as sócias da Âmbar foram procurados, mas não responderam à reportagem. A Reitoria informou que as denúncias serão apuradas. A Fusp não respondeu à reportagem. USP e fundação não informaram quanto recebem os coordenadores dos projetos.

PARA LEMBRAR

Na mira dos controladores

Em abril, os jornais *Estado*, *O Globo*, *Zero Hora*, *Gazeta do Povo* e *Diário Catarinense* publicaram uma série de reportagens realizadas em conjunto que abordaram a atuação de fundações privadas em universidades públicas. O texto apontou, entre outros pontos, irregularidades investigadas pelos órgãos de controle nas três estaduais de São Paulo: USP, Unicamp e Unesp.

A reportagem revelou que a

Controladoria-Geral da União (CGU) congelou um convênio da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp) com o Ministério da Cultura, no valor de R\$ 502 mil. O projeto indicava a subcontratação de uma ONG e cobrava aluguel de R\$ 79 mil por espaço da USP.

Na ocasião, o diretor da Fusp, José Roberto Cardoso, defendeu que o modelo de fundações era imprescindível para acelerar os processos. "As fundações surgiram como oportunidade para o professor ampliar ganhos e não sair da universidade. Mas não é só isso", disse.